

Boletim do Trabalho e Emprego

12

1.^a SÉRIE

Edição: Serviço de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Emprego e da Segurança Social

Preço 70\$00

BOL. TRAB. EMP.	1. ^a SÉRIE	LISBOA	VOL. 59	N.º 12	P. 611-630	29 · MARÇO · 1992
-----------------	-----------------------	--------	---------	--------	------------	-------------------

ÍNDICE

Regulamentação do trabalho:

Portarias de extensão:

	Pág.
— Aviso para PE das alterações aos CCT entre a ANIL — Assoc. Nacional dos Industriais de Lacticínios e várias cooperativas de produtores de leite e o Sind. dos Profissionais de Lacticínios e entre as mesmas entidades empregadoras e a FSIABT — Feder. dos Sind. das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros	613
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a ANIMO — Assoc. Nacional dos Industriais de Mosaicos Hidráulicos e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outra	613
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Comercial da Guarda e outras e o Sind. dos Profissionais de Escritório e Comércio do Dist. da Guarda	614

Convenções colectivas de trabalho:

— CCT entre a ANCAVE — Assoc. Nacional dos Centros de Abate e Ind. Transformadoras de Carne de Aves e o SETAA — Sind. da Agricultura, Alimentação e Florestas — Alteração salarial e outras	614
— CCT entre a FAPEL — Assoc. Portuguesa de Fabricantes de Papel e Cartão e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros — Alteração salarial e outras	615
— CCT entre a Assoc. Portuguesa de Editores e Livreros e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros — Alteração salarial e outras	617
— CCT da regulamentação colectiva de trabalho para o sector da indústria e comércio farmacêuticos — Alteração salarial e outras	620
— CCT entre a NORQUIFAR — Assoc. do Norte dos Importadores/Armazenistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química — Alteração salarial e outras	622
— CCT entre a Assoc. Comercial da Guarda e outras e o Sind. dos Profissionais de Escritório e Comércio do Dist. da Guarda — Alteração salarial e outra	624
— CCT entre a Assoc. Comercial e Industrial de Coimbra e outra e o CESC — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços do Dist. de Coimbra — Alteração salarial e outras	625
— CCT entre a Assoc. Comercial e Industrial de Alcobaça e outras e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Dist. de Leiria — Alteração salarial	627
— Acordo de adesão entre a Banque Nationale de Paris e o Sind. dos Bancários do Centro e outro ao ACT para o sector bancário	627
— Acordo de adesão entre a International Factors Portugal, S. A., e o Sind. dos Bancários do Centro e outro ao ACT para o sector bancário	628
— Acordo de adesão entre o BCP — Investimentos Fundos Imobiliários, S. A., e o Sind. dos Bancários do Centro e outro ao ACT para o sector bancário	628
— Acordo de adesão entre o BCP — Investimentos Fundos Imobiliários, S. A., e o Sind. dos Bancários do Centro e outro ao ACT para o sector bancário	628

— Acordo de adesão entre o BCP — Investimentos Gestão de Patrimónios, S. A., e o Sind. dos Bancários do Centro e outro ao ACT para o sector bancário	Pág. 629
— Acordo de adesão entre a Sociedade Corretora Portuguesa, S. A., e o Sind. dos Bancários do Centro e outro ao ACT para o sector bancário.....	629
— AE entre os Telefones de Lisboa e Porto (TLP), S. A., e o SINDETELCO — Sind. Democrático dos Trabalhadores das Telecomunicações e Correios e outros — Constituição da comissão paritária	629



SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
ACT — Acordo colectivo de trabalho.
PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
PE — Portaria de extensão.
CT — Comissão técnica.
DA — Decisão arbitral.
AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
Assoc. — Associação.
Sind. — Sindicato.
Ind. — Indústria.
Dist. — Distrito.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

PORTARIAS DE EXTENSÃO

Aviso para PE das alterações aos CCT entre a ANIL — Assoc. Nacional dos Industriais de Lactícínios e várias cooperativas de produtores de leite e o Sind. dos Profissionais de Lactícínios e entre as mesmas entidades empregadoras e a FSIABT — Feder. dos Sind. das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros.

Nos termos do n.º 5 e para efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a emissão de uma portaria de extensão dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a Associação Nacional dos Industriais de Lactícínios e várias cooperativas e uniões de cooperativas de produtores de leite e o Sindicato dos Profissionais de Lactícínios e entre as mesmas organizações patronais e a FSIABT — Federação dos Sindicatos da Indústria de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros, publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 6, de 15 de Fevereiro de 1992, e n.º 7, de 22 de Fevereiro de 1992, respectivamente, por forma a tornar a regulamentação deles constante aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais, incluindo cooperativas e uniões de cooperativas de pro-

dutores de leite não representadas pela associação patronal outorgante que no território do continente se dediquem à indústria de lactícínios ou que, cumulativamente com esta actividade, efectuem a recolha de leite, incluindo a sua obtenção em salas de ordenha colectiva e concentração do leite, e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias previstas nos referidos contratos, bem como às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais já abrangidas pelas convenções e trabalhadores ao seu serviço das mesmas profissões e categorias não representados pelas associações sindicais subscritoras.

Para os efeitos do presente aviso, entende-se por indústria de lactícínios o fabrico de derivados de leite (manteiga, queijo, leite em pó, dietéticos, etc.) e o tratamento do mesmo para consumo em natureza (leites pasteurizados, ultrapasteurizados e esterilizados).

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a ANIMO — Assoc. Nacional dos Industriais de Mosaicos Hidráulicos e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outra.

Nos termos do n.º 5 e para efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão do CCT mencionado em título, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 10, de 15 de Março de 1992.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva:

- a) Às empresas de mosaicos hidráulicos não inscritas na associação patronal outorgante da

convenção, com excepção das empresas filiadas na ANIPC — Associação Nacional dos Industriais de Produtos de Cimento, que exerçam a sua actividade no território do continente e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela referidas;

- b) Aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não inscritos nas associações sindicais outorgantes que se encontrem ao serviço de entidades patronais filiadas na associação patronal signatária.

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Comercial da Guarda e outras e o Sind. dos Profissionais de Escritório e Comércio do Dist. da Guarda

Nos termos do n.º 5 e para efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a extensão das alterações mencionadas em título, nesta data publicadas.

A PE, a emitir ao abrigo do n.º 1 da citada disposição legal, tornará as suas disposições extensivas, no distrito da Guarda, às relações de trabalho entre entida-

des patronais do sector económico regulado não filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção e às relações de trabalho entre entidades patronais do referido sector económico filiadas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias não filiados nas associações sindicais outorgantes.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a ANCAVE — Assoc. Nacional dos Centros de Abate e Ind. Transformadoras de Carne de Aves e o SETAA — Sind. da Agricultura, Alimentação e Florestas — Alteração salarial e outras

A presente revisão do CCT para os centros de abate e indústrias transformadoras de carne de aves, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 4, de 29 de Janeiro de 1987, com última alteração no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 7, de 22 de Fevereiro de 1991, dá nova redacção às seguintes matérias:

Cláusula 2.ª

Vigência e denúncia

2 — A tabela salarial, constante do anexo II, e demais cláusulas com expressão pecuniária produzirão efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1992 e vigorarão por um período efectivo de 12 meses.

Cláusula 32.ª

Conceito de retribuição

5 — Os trabalhadores que regularmente exerçam funções de pagamentos e recebimentos em numerário terão direito a um abono mensal para falhas no valor de 1950\$.

Cláusula 37.ª

Diuturnidades

1 — A todos os trabalhadores constantes do anexo I é atribuída uma diuturnidade de 1950\$ por cada cinco anos de permanência na categoria profissional ao serviço da mesma entidade patronal, até ao limite de cinco diuturnidades.

Cláusula 41.ª

Retribuição dos trabalhadores nas deslocações

1 — As entidades patronais obrigam-se a pagar aos trabalhadores deslocados em serviço as seguintes importâncias:

a):

Pequeno-almoço — 300\$;
Diária completa — 4000\$;
Almoço ou jantar — 1300\$;
Dormida com pequeno-almoço — 2300\$;
Ceia — 650\$;

ou, se a empresa o preferir, o pagamento dessas despesas contra a apresentação dos respectivos documentos comprovativos;

Cláusula 85.^a

Subsídio de refeição

1 — A todos os trabalhadores é devido um subsídio de refeição no montante de 325\$ por cada dia de trabalho, salvo se a empresa possuir cantina própria.

ANEXO II

Grupos	Categorias profissionais	Remunerações
I	Encarregado de matadouro	71 000\$00
II	Caixeiro encarregado ou chefe de secção Encarregado de expedição	63 200\$00
	Encarregado de manutenção	
	Inspector de vendas	
III	Motorista de pesados	61 000\$00
IV	Caixeiro de praça	56 800\$00
	Caixeiro-viajante	
	Caixeiro de 1. ^a	
	Fogoeiro	
	Mecânico de automóveis de 1. ^a	
	Motorista de ligeiros	
	Oficial electricista	
	Pendurador	
	Serralheiro civil de 1. ^a	
	Serralheiro mecânico de 1. ^a	
V	Ajudante de motorista/distribuidor	51 800\$00
	Apontador	
	Caixeiro de 2. ^a	
	Expedidor	
	Mecânico de automóveis de 2. ^a	
	Pedreiro	
	Serralheiro civil de 2. ^a	
	Serralheiro mecânico de 2. ^a	
	Telefonista de 1. ^a	

Grupos	Categorias profissionais	Remunerações
VI	Manipulador	49 500\$00
	Telefonista de 2. ^a	
VII	Caixeiro de 3. ^a	48 600\$00
	Mecânico de automóveis de 3. ^a	
	Pré-oficial electricista do 2.º período ..	
	Serralheiro civil de 3. ^a	
	Serralheiro mecânico de 3. ^a	
	Empregado de refeitório	
	Arrumador-carregador de câmaras frigo- ríficas de congelação	
	Guarda	
	Servente de pedreiro	
VIII	Ajudante de fogoeiro	46 300\$00
	Ajudante de mecânico de automóveis ..	
	Ajudante de serralheiro civil	
	Ajudante de serralheiro mecânico	
	Caixeiro-ajudante do 2.º ano	
	Pré-oficial electricista do 1.º período...	
	Trabalhador da apanha	
IX	Caixeiro-ajudante do 1.º ano	45 300\$00
	Praticante (carries)	
	Servente de limpeza	
X	Praticante de caixeiro	41 300\$00
	Praticante de metalúrgico	

Lisboa, 3 de Fevereiro de 1992.

Pela ANCAVE:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SETAA:

José Morujo.

Entrado em 16 de Março de 1992.

Depositado em 17 de Março de 1992, a fl. 114 do livro n.º 6, com o n.º 91/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a FAPEL — Assoc. Portuguesa de Fabricantes de Papel e Cartão e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros — Alteração salarial e outras

CAPÍTULO I

Área, âmbito e vigência da convenção

Cláusula 1.^a

Área e âmbito

A presente convenção colectiva de trabalho aplica-se em todo o território nacional e obriga, por um lado, as empresas representadas pela FAPEL — Associação Portuguesa de Fabricantes de Papel e Cartão e, por outro, os trabalhadores ao seu serviço filiados nas associações sindicais outorgantes.

Cláusula 2.^a

Vigência, denúncia e revisão

6 — As remunerações mínimas constantes das tabelas salariais produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1992.

Cláusula 16.^a

Trabalho nocturno

A remuneração de todo e qualquer trabalho prestado no período compreendido entre as 20 horas de um dia

e as 7 horas do dia seguinte será acrescida de 156\$ por hora para as empresas dos grupos I e I-A e de 142\$50 por hora para as empresas do grupo II, salvo regime mais favorável previsto na lei.

Cláusula 24.^a

Deslocações

1 —

2 — O pagamento das despesas de alojamento será sempre feito nos montantes abaixo indicados:

Almoço ou jantar — 900\$;

Pequeno-almoço — 175\$;

Dormida — 1850\$;

Diária completa — 3820\$.

CAPÍTULO VI

Refeitório, horário das refeições e subsídio de alimentação

Cláusula 26.^a

Refeitórios

9 — Se o refeitório não funcionar para fornecer a refeição, nos termos do n.º 7, aos trabalhadores que laborem no 2.º ou 3.º turnos ou fora do horário geral, a empresa pagará a cada trabalhador desses turnos um subsídio no valor de 300\$, salvo quanto ao 3.º turno, se a empresa fornecer gratuitamente a ceia.

10 — Os trabalhadores dos turnos das 8 às 16 horas e das 16 às 24 horas, aos sábados, domingos e feriados, se o refeitório se encontrar encerrado, recebem um subsídio de refeição de almoço ou jantar no valor de 406\$.

11 — As empresas que não tenham refeitório ou quando não o tenham em funcionamento para fornecer a alimentação pagarão a cada trabalhador um subsídio no valor de 300\$.

12 —

13 —

14 — Aos trabalhadores de empresas que tenham refeitório e que prestem habitualmente a sua actividade profissional em locais de trabalho situados fora da localidade em que está situado o mesmo refeitório e que não tenham possibilidade de utilização de qualquer refeitório da respectiva empresa será assegurado, em substituição do subsídio de refeição previsto nos n.ºs 10 e 11, um subsídio diário de 450\$, sujeito, porém, às condições previstas no n.º 12.

Cláusula 27.^a

Subsídio de alimentação

1 —

2 — Se o refeitório não estiver em período de funcionamento, as refeições a que se refere o número anterior serão substituídas pelos seus equivalentes pecuniários, cujos valores são os seguintes:

- a) Pequeno-almoço — 175\$;
- b) Almoço ou jantar — 456\$;
- c) Ceia — 300\$.

Tabelas salariais

Níveis	Tabela I	Tabela I-A	Tabela I
I	119 000\$00	105 000\$00	93 800\$00
II	102 000\$00	90 200\$00	80 600\$00
III	92 350\$00	80 350\$00	71 800\$00
IV	82 900\$00	73 350\$00	65 500\$00
V	75 300\$00	66 600\$00	59 400\$00
VI	72 600\$00	64 050\$00	57 200\$00
VII	70 200\$00	61 650\$00	55 300\$00
VIII	66 250\$00	58 600\$00	52 600\$00
IX	63 650\$00	56 300\$00	50 750\$00
X	62 000\$00	54 900\$00	50 150\$00
XI	57 900\$00	52 100\$00	49 300\$00
XII	44 600\$00	40 100\$00	38 000\$00
XIII	43 300\$00	39 000\$00	37 000\$00

1 — Os caixas têm direito a um abono para falhas de 4450\$ por cada mês de efectivo desempenho das respectivas funções.

2 — Os cobradores têm direito a um abono mensal para falhas de 3380\$ por cada mês de efectivo desempenho das respectivas funções.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 1992.

Pela FAPEL — Associação Portuguesa dos Fabricantes de Papel e Cartão:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação dos seguintes sindicatos filiados:

SITese — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;
 STEIS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Informática e Serviços da Região Sul;
 SITEMAQ — Sindicato da Mestrança e Marinhagem da Marinha Mercante e Fogueiros de Terra;
 SITAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
 STECA — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
 Sindicato dos Profissionais de Escritório e Vendas das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
 Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/Centro-Norte — SINDCES/C-N;

(Assinatura ilegível.)

Pelo STV — Sindicato dos Técnicos de Vendas:

(Assinatura ilegível.)

Pela FEPCEs — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritório e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPCEs — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
 Sindicato dos Profissionais de Escritórios e Comércio do Distrito da Guarda;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
 Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do ex-Distrito da Horta;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
 Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
 Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares;
 Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
 Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Lisboa. — Pela Comissão Executiva do Conselho Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Entrado em 12 de Março de 1992.

Depositado em 17 de Março de 1992, a fl. 114 do livro n.º 6, com o n.º 91/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. Portuguesa de Editores e Livreiros e a FEPES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros — Alteração salarial e outras

Entre a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, por uma parte, e os sindicatos abaixo designados, por outra, foi celebrado o seguinte acordo de revisão da convenção colectiva de que são outorgantes, cuja última revisão foi publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 12, de 29 de Março de 1991:

CAPÍTULO I

Área, âmbito e vigência

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

1 — O presente CCT aplica-se em todo o território nacional e obriga, por um lado, as empresas representadas pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros e, por outro, os trabalhadores ao seu serviço representados pelas organizações sindicais outorgantes.

2 — Das empresas exceptuam-se, no entanto, do âmbito de aplicação deste CCT as que, não sendo livreiras, comercializem acessoriamente livros.

CAPÍTULO V

Prestação de trabalho

Cláusula 17.ª

Retribuição do trabalho

1, 2, 3 e 4 — (*Mantêm-se com a redacção do CCT em vigor.*)

5 — Os trabalhadores classificados como caixas, bem como aqueles que estejam encarregados de efectuar recebimentos e pagamentos, terão direito a um abono mensal para cobrir o risco de falhas igual a 1425\$ enquanto estejam no exercício das funções referidas.

6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 — (*Mantêm-se com a redacção do CCT em vigor.*)

Cláusula 19.ª

Trabalho fora do local habitual

1, 2, 3 e 4 — (*Mantêm-se com a redacção do CCT em vigor.*)

5 — As ajudas referidas nos números anteriores não poderão ser inferiores a 3250\$ por cada dia. Em caso de ausência no local de trabalho apenas por uma parte do dia, as ajudas de custo serão obrigatoriamente dos seguintes montantes:

Almoço ou jantar — 805\$;
Dormida e pequeno-almoço — 1640\$.

6, 7 e 8 — *(Mantêm-se com a redacção do CCT em vigor.)*

Cláusula 22.^a

Diuturnidades

1 — Os trabalhadores abrangidos por este contrato auferirão por cada período de dois anos de serviço na mesma categoria ou escalão uma diuturnidade de 1110\$ sobre as retribuições mínimas previstas neste contrato, até ao limite de duas diuturnidades.

2, 3 e 4 — *(Mantêm-se com a redacção do CCT em vigor.)*

CAPÍTULO XIII

Disposições gerais e transitórias

Cláusula 73.^a

Entrada em vigor da nova tabela salarial

A tabela salarial produzirá efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1992, sem quaisquer outros reflexos.

Nota. — As demais matérias não objecto de revisão mantêm-se com a redacção do CCT em vigor.

ANEXO II

Retribuições certas mínimas

Grupo	Remunerações
A	77 300\$00
B	70 850\$00
C	66 600\$00
D	61 100\$00
E	55 850\$00
F	51 650\$00
G	(a) 46 100\$00
H	42 450\$00
I	39 100\$00
J	35 200\$00
J	33 750\$00
J	33 400\$00
L	33 400\$00
L	33 400\$00

(a) O empregado de refeitório, quando acumule as funções de empregado de balcão, terá a remuneração da sua categoria acrescida de 1705\$.

Lisboa, 5 de Março de 1992.

Pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros:

(Assinatura ilegível.)

Pela FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SITEC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Pela FESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Quadros Técnicos de Desenho:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Técnicos de Vendas:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores de Telefones de Lisboa e Porto:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Profissionais de Escritórios e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do ex-Distrito da Horta;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;

Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares;
Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Lisboa. — Pela Comissão Executiva do Conselho Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

A FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, por si e em representação dos sindicatos seus filiados:

SITESE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;
SITAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
STECA — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Vendas das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga;
Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/Centro-Norte.

E por ser verdade se passa a presente declaração, que vai assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Federação.

Lisboa, 5 de Março de 1992. — Pelo Secretariado, (*Assinaturas ilegíveis.*)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Mármore e Madeiras do Alentejo;
Sindicato dos Trabalhadores da Cerâmica, Construção e Madeiras de Aveiro;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeiras do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Operários da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Afins do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore do Distrito de Faro;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras dos Distritos do Porto e Aveiro;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras e Mármore do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito de Setúbal;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Madeiras, Metalurgia e Metalomecânica de Trás-os-Montes e Alto Douro;
Sindicato dos Trabalhadores de Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore, Pedreiras e Cerâmica dos Distritos de Viseu e Guarda;
Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras do Distrito de Angra do Heroísmo;
Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato da Construção Civil do Distrito da Horta;
Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras do Distrito de Ponta Delgada.

Lisboa, 9 de Março de 1992. — Pelo Conselho Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

Para os devidos efeitos legais, declaramos que a Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Centro;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas.

Lisboa, 13 de Março de 1992.

Declaração

A Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal declara, para os devidos efeitos, que representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares da Região da Madeira.

Lisboa, 6 de Março de 1992. — Pela Comissão Executiva do Conselho Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

A FESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu e Guarda;

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL.

Pela Comissão Executiva, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

Para os devidos e legais efeitos se declara que a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal representa os seguintes sindicados:

Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas;
Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte.

E por ser verdade vai esta declaração assinada.

Lisboa, 13 de Março de 1992. — Pela Comissão Executiva, (*Assinatura ilegível.*)

Entrado em 17 de Março de 1992.

Depositado em 20 de Março de 1992, a fl. 115 do livro n.º 6, com o n.º 101/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT da regulamentação colectiva de trabalho para o sector da indústria e comércio farmacêuticos — Alteração salarial e outras

Cláusula 1.^a

Área e âmbito da revisão

A presente revisão obriga, por um lado, as empresas maioritária ou minoritariamente farmacêuticas representadas pela APIFARMA — Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica e as empresas do continente inscritas na 1.^a e 3.^a divisões da GRO-QUIFAR — Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos e, por outro, os trabalhadores ao serviço daquelas empresas representados pelas organizações sindicais outorgantes.

Cláusula 2.^a

Refeições

Quando, devido a deslocações em serviço, o trabalhador ficar impossibilitado de tomar a refeição nas condições em que normalmente o faz, a entidade patronal abonar-lhe-á a importância de 1000\$.

Cláusula 3.^a

Viagem em serviço

1 — Quando em viagem em serviço em território nacional que, pelo seu raio de acção, a acordar entre a empresa e o trabalhador, não permita o regresso diário deste, o trabalhador terá direito ao pagamento de 4750\$ por dia para as despesas de alojamento e alimentação.

2 — A viagem em serviço referida no número anterior não deverá ser superior a 21 dias seguidos, sem prejuízo dos casos especiais, a acordar, por escrito, entre o trabalhador e a empresa.

3 — As viagens de serviço às Regiões Autónomas e ao estrangeiro deverão ser objecto de acordo escrito entre a empresa e o trabalhador, o qual não poderá fixar condições inferiores às estipuladas neste CCT.

4 — Após uma das viagens referidas no número anterior, o trabalhador terá direito a 1 dia de descanso,

quando aquela tenha sido superior a 21 dias seguidos, e a 1 dia de descanso suplementar por cada 30 dias seguidos, quando a viagem haja tido uma duração global superior a 90 dias seguidos.

Cláusula 4.^a

Subsídio de almoço

1 — Os trabalhadores abrangidos pela presente revisão terão direito a um subsídio de almoço no valor de 275\$ por cada dia completo de trabalho efectivamente prestado.

2 — O valor deste subsídio não será considerado para o cálculo dos subsídios de Natal e de férias.

3 — Não terão direito ao subsídio previsto no n.º 1 os trabalhadores ao serviço de empresas que forneçam integralmente refeições ou nelas participem com montante não inferior a 275\$.

Cláusula 5.^a

Abono para falhas

1 — Os trabalhadores que exerçam funções de pagamento ou recebimento têm direito a um abono mensal para falhas de 3250\$ enquanto se mantiverem no exercício dessas funções.

2 — Sempre que os trabalhadores referidos no número anterior sejam substituídos nas funções citadas, o trabalhador substituto terá direito ao abono para falhas na proporção do tempo de substituição e enquanto esta durar.

Cláusula 6.^a

Efeitos retroactivos

1 — A tabela de remunerações mínimas produzirá efeitos retroactivos a partir do dia 1 de Outubro de 1991.

2 — A eficácia retroactiva da tabela de remunerações mínimas não terá reflexos em quaisquer institutos ou cláusulas de expressão pecuniária.

Cláusula 7.^a

Duração do trabalho

O período normal de trabalho semanal, previsto na base XV da portaria de 22 de Maio de 1978 e na cláusula 17.^a do CCTV de 8 de Junho de 1981, será reduzido de quarenta e duas horas para quarenta e uma horas e meia a partir de 1 de Julho de 1992.

ANEXO IV

Remunerações mínimas

Critério diferenciador das tabelas

1 — As remunerações mínimas garantidas aos trabalhadores abrangidos por este contrato são as constantes das tabelas anexas.

2 — Para efeitos de aplicação das tabelas referidas no número anterior, as empresas serão enquadradas nos grupos A e B, de acordo com os seguintes critérios:

Empresas produtoras

Grupo A — empresas com valor de facturação anual global igual ou superior a 468 850 000\$ e volume de vendas por trabalhador igual ou superior a 4 050 000\$ por ano.

Grupo B:

- a) Empresas com valor de facturação anual global igual ou superior a 157 450 000\$ e inferior a 468 850 000\$ e volume de vendas por trabalhador igual ou superior a 2 450 000\$ por ano;
- b) Empresas com valor de facturação anual global igual ou superior a 468 850 000\$ e volume de vendas por trabalhador inferior a 4 050 000\$ por ano.

Empresas armazenistas

Grupo A — empresas com valor de facturação anual global igual ou superior a 468 850 000\$ e volume de vendas por trabalhador igual ou superior a 15 320 000\$ por ano.

Grupo B:

- a) Empresas com valor de facturação anual global igual ou superior a 157 450 000\$ e inferior a 468 850 000\$ e volume de vendas por trabalhador igual ou superior a 10 250 000\$ por ano;
- b) Empresas com valor de facturação anual global igual ou superior a 468 850 000\$ e volume de vendas por trabalhador inferior a 15 320 000\$.

Empresas importadoras

Grupo A — empresas com valor de facturação anual global igual ou superior a 468 850 000\$.

Grupo B — empresas com valor de facturação anual global igual ou superior a 157 450 000\$ e inferior a 468 850 000\$.

3 — O valor anual de facturação será o resultado do volume global de vendas respeitante a todos os sectores da empresa.

4 — O valor de facturação anual global será determinado pela média dos valores de facturação registados nos últimos três anos de exercício.

5 — O quociente volume de vendas/número de trabalhadores será determinado através do valor global de facturação do último ano e do número total de trabalhadores da empresa na última semana desse ano.

6 — Os critérios de enquadramento das empresas e as tabelas salariais produzirão efeitos simultaneamente.

7 — Por força da aplicação do número anterior, nenhuma empresa pode baixar do grupo em que anteriormente se encontrava inserida.

8 — Nos casos de empresas com menos de três anos de actividade, o valor de facturação será calculado com base nos anos de exercício já apurado. Tratando-se do primeiro ano de actividade, aplicar-se-á a tabela B até determinação da facturação anual.

9 — Por acordo entre entidades patronais e trabalhadores as empresas incluídas no grupo B poderão ser equiparadas às empresas incluídas no grupo superior.

Tabelas salariais

Grupos	Tabela A	Tabela B
I.....	120 550\$00	106 650\$00
II.....	104 200\$00	97 700\$00
III.....	92 400\$00	86 050\$00
IV.....	89 300\$00	81 200\$00
V.....	80 200\$00	72 250\$00
VI.....	71 350\$00	65 000\$00
VII.....	64 200\$00	58 050\$00
VIII.....	58 250\$00	51 200\$00
IX.....	52 200\$00	45 950\$00
X.....	49 200\$00	44 500\$00
XI.....	46 300\$00	43 600\$00
XII.....	43 500\$00	43 500\$00
XIII.....	(a)	(a)
XIV.....	(a)	(a)
XV.....	(a)	(a)
XVI.....	(a)	(a)

(a) Valores a estabelecer de acordo com o regime legal do salário mínimo nacional.

Pela APIFARMA — Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica:

(Assinatura ilegível.)

Pela GROQUIFAR — Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos:

(Assinatura ilegível.)

Pela FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química:

José Luís Carapinha Rei.

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

António Maria Teixeira de Matos Cordeiro.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química representa o SINDEQ — Sindicato Democrático da Energia Química e Indústrias Diversas.

Lisboa, 20 de Janeiro de 1992. — Pelo Secretariado, (Assinatura ilegível.)

Declaração

A FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, por si e em representação dos sindicatos seus filiados:

SITese — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;

SITEMAQ — Sindicato da Mestrança, Marinhagem da Marinha Mercante e Fogueiros de Terra; Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga;

Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/Centro-Norte.

E por ser verdade se passa a presente declaração, que vai assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Federação.

Lisboa, 27 de Janeiro de 1992. — Pelo Secretariado: (Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 6 de Fevereiro de 1992.

Depositado em 20 de Março de 1992, a fl. 115 do livro n.º 6, com o n.º 99/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C/79, na sua redacção actual.

CCT entre a NORQUIFAR — Assoc. do Norte dos Importadores/Armazenistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química — Alteração salarial e outras.

Cláusula única

Âmbito de revisão

A presente revisão, entre a NORQUIFAR — Associação do Norte dos Importadores/Armazenistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química, em representação do SINDEQ — Sindicato Democrático da Energia Química e Indústrias Diversas, com área e âmbito definido no CCT entre aquela Associação e este Sindicato, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*,

1.ª série, n.ºs 24, de 29 de Junho de 1981, 24, de 29 de Junho de 1983, 7, de 22 de Fevereiro de 1985, 13, de 8 de Abril de 1986, 13, de 8 de Abril de 1987, 13, de 8 de Abril de 1988, 13, de 8 de Abril de 1989, 13, de 29 de Março de 1990, e 13, de 8 de Abril de 1991, dá nova redacção às cláusulas seguintes:

Cláusula 21.ª

Trabalho extraordinário

1 — (Mantém-se a redacção em vigor.)

2 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

3 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

4 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

5 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

6 — Quando a prestação de trabalho extraordinário coincida com a hora normal de refeição, a empresa obriga-se a conceder ao trabalhador o tempo indispensável para que tome a refeição e a fornecê-la ou, se o não puder fazer, a pagá-la nos limites fixados de 1070\$, ou o pagamento desta despesa, contra a apresentação de documento.

7 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

8 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

9 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

10 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

11 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

12 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

Cláusula 27.^a

Refeições

Quando, devido a deslocações em serviço, o trabalhador ficar impossibilitado de tomar a refeição nas condições em que normalmente o faz, a entidade patronal abonar-lhe-á a importância de 1400\$, ou o pagamento desta despesa, contra a apresentação de documentos.

Cláusula 28.^a

Viagens em serviço

1 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

a) *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

b) Pagamento das despesas com a alimentação e alojamento, contra a apresentação de documentos ou ao abono das seguintes importâncias:

Pequeno-almoço — 300\$;

Refeições — 2800\$;

Alojamento — 3600\$;

Diária completa — 6700\$.

c) *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

2 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

3 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

4 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

Cláusula 37.^a

Diuturnidades

1 — Os trabalhadores têm direito a uma diuturnidade de 1000\$ por cada quatro anos de permanência ao ser-

viço na mesma entidade patronal e na mesma profissão ou categoria profissional, até ao limite de cinco diuturnidades.

2 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

3 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

Cláusula 38.^a

Abono para falhas

1 — Os trabalhadores que exerçam funções de pagamento ou recebimento têm direito a um abono mensal para falhas de 3400\$ enquanto se mantiverem no exercício dessas funções.

2 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

3 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

Cláusula 48.^a

Duração do período de férias

1 — Os trabalhadores abrangidos por este contrato terão direito a gozar em cada ano civil, sem prejuízo da retribuição normal, um período de férias com a duração de 22 dias úteis.

2 — O direito a férias adquire-se com a celebração do contrato de trabalho e vence-se no dia 1 de Janeiro de cada ano civil, salvo o disposto nos números seguintes.

3 — Se o início da prestação de trabalho ocorrer no 2.º semestre do ano civil, o direito a férias só se vence após o decurso de seis meses completos de serviço efectivo.

4 — Se o início da prestação de trabalho ocorrer no 1.º semestre do ano civil, o trabalhador tem direito, após um período de 60 dias de trabalho efectivo, a um período de férias de oito dias úteis.

Cláusula 79.^a

Subsídio de refeição

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente CCT terão direito a um subsídio de almoço no valor de 260\$ por cada dia completo de trabalho efectivamente prestado.

2 — *(Mantém-se a redacção em vigor.)*

3 — Não terão direito ao subsídio previsto no n.º 1 os trabalhadores ao serviço de empresas que forneçam integralmente refeições ou nelas participem com montante não inferior a 260\$.

Cláusula 86.^a

Produção de efeitos

As tabelas de remunerações mínimas constantes do anexo IV produzem efeitos a 1 de Janeiro de 1992.

ANEXO IV

Remunerações mínimas

Critério diferenciador das tabelas

1 —

2 — Para efeitos de aplicação das tabelas referidas no número anterior, as empresas serão enquadradas nos grupos A e B, de acordo com os seguintes critérios:

Empresas armazenistas

Grupo A — empresas com valor de facturação anual global igual ou superior a 451 150 contos e volume de vendas por trabalhador igual ou superior a 14 000 contos por ano.

Grupo B — todas as restantes.

Empresas importadoras

Grupo A — empresas com valor de facturação anual global igual ou superior a 451 150 contos.

Grupo B — todas as restantes.

3 —

4 —

5 —

6 — O enquadramento das empresas nos grupos A e B será corrigido no termo de cada ano de vigência deste CCTV, de acordo com os critérios previstos nos números anteriores.

7 —

8 — Nos casos de empresas com menos de três anos de actividade, o valor de facturação será calculado com base nos anos de exercício já apurados. Tratando-se do primeiro ano de actividade, aplicar-se-á a tabela B até determinação da facturação anual.

9 — Por acordo entre entidades patronais e trabalhadores, as empresas incluídas no grupo B poderão ser equiparadas às empresas incluídas no grupo A.

Tabelas salariais

Grupos	Tabela A	Tabela B
1	130 150\$00	114 750\$00
2	112 600\$00	105 400\$00
3	100 000\$00	92 800\$00
4	97 000\$00	88 200\$00
5	87 300\$00	78 650\$00
6	77 500\$00	70 900\$00
7	70 200\$00	63 000\$00
8	63 550\$00	56 150\$00
9	57 400\$00	50 300\$00
10	54 000\$00	48 600\$00
11	50 500\$00	46 250\$00
12	47 600\$00	46 150\$00
13	42 200\$00	36 450\$00
14	39 700\$00	34 900\$00
15	37 800\$00	34 750\$00
16	35 600\$00	34 650\$00

ANEXO VI

Utilização esporádica em serviço de viatura própria do trabalhador

Quando a utilização em serviço da viatura do trabalhador for esporádica ou irregular, será este reembolsado pela empresa por cada quilómetro percorrido, cujo valor é obtido pelo produto do coeficiente 0,30 sobre o preço da gasolina super que vigorar.

Pela NORQUIFAR — Associação do Norte dos Importadores/Armazenistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos:

(Assinatura ilegível.)

Pela FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química, em representação do SINDEQ — Sindicato Democrático da Energia Química e Indústrias Diversas:

(Assinatura ilegível.)

Lisboa, 24 de Fevereiro de 1992.

Entrado em 17 de Março de 1992.

Depositado em 20 de Março de 1992, a fl. 115 do livro n.º 6, com o n.º 100/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. Comercial da Guarda e outras e o Sind. dos Profissionais de Escritório e Comércio do Dist. da Guarda — Alteração salarial e outra

Cláusula 2.^a

Vigência

3 — A tabela salarial e as cláusulas de expressão pecuniária produzirão efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1992.

Cláusula 21.^a

Diuturnidades

1 — [...] diuturnidade no valor de 1950\$.

Tabela salarial

Grupo	Remuneração
I	69 900\$00
II	66 150\$00
III	59 750\$00
IV	53 400\$00
V	48 900\$00
VI	46 100\$00
VII	(a) 44 500\$00
VIII	(a) 325\$00/h
IX	(a)
X	(a)
XI	(a)

(a) A estes níveis salariais aplicam-se as regras constantes do diploma legal que, em cada ano, aprove o SMN.

Pela Associação Comercial da Guarda:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Comercial de Gouveia, Seia e Fornos de Algodres:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Comercial e Industrial do Concelho de Trancoso:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda:

(Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 13 de Março de 1992.

Depositado em 19 de Março de 1992, a fl. 115 do livro n.º 6, com o n.º 98/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. Comercial e Industrial de Coimbra e outra e o CESC — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços do Dist. de Coimbra — Alteração salarial e outras

1 — As tabelas de remunerações mínimas e as outras tabelas com incidência pecuniária produzem efeitos de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1992.

2 — Tabelas de remunerações mínimas:

A) Trabalhadores do comércio

Caixeiros

Nível	Categoria	Vencimento
—	Gerente comercial	71 200\$00
I	Encarregado geral	62 700\$00
	Encarregado de loja (supermercado ou hipermercado)	
	Chefe de compras	
	Chefe de vendas	
II	Caixeiro-encarregado ou chefe de secção	56 750\$00
	Encarregado de armazém	
III	Inspector de vendas	54 000\$00
	Primeiro-caixeiro	
	Caixeiro ou operador-cortador de 1.ª	
	Fiel de armazém	
	Operador especializado de supermercado	
	Caixeiro-viajante	
	Caixeiro de praça	
	Caixeiro de mar	
	Promotor de vendas	
	Vendedor especializado	
	Prospector de vendas	
	Expositor e ou decorador	
	Caixeiro ou empregado de funerária de 1.ª	

Nível	Categoria	Vencimento
IV	Segundo-caixeiro	49 250\$00
	Caixeiro ou empregado de funerária de 2.ª	
	Caixeiro ou operador-cortador de 2.ª	
	Operador de supermercado de 1.ª	
	Conferente	
	Demonstrador	
V	Terceiro-caixeiro	46 500\$00
	Caixeiro ou operador de funerária de 3.ª	
	Caixeiro ou operador-cortador de 3.ª	
	Operador de supermercado de 2.ª	
	Caixa de balcão	
	Operador de máquinas	
	Propagandista	
VI	Repositor	45 500\$00
	Distribuidor	
	Embalador	
	Servente	
	Servente auxiliar de funerária	
VII	Caixeiro-ajudante do 3.º ano	40 000\$00
	Operador-ajudante de supermercado do 3.º ano	
	Caixeiro-ajudante de funerária do 3.º ano	
	Caixeiro-ajudante ou operador-cortador-ajudante do 3.º ano	
VIII	Caixeiro-ajudante do 2.º ano	36 500\$00
	Operador-ajudante de supermercado do 2.º ano	
	Caixeiro-ajudante de funerária do 2.º ano	
	Caixeiro-ajudante ou operador-cortador-ajudante do 2.º ano	
	Caixeiro-ajudante ou operador-cortador-ajudante do 2.º ano	

Nível	Categoria	Vencimento
IX	Caixeiro-ajudante do 1.º ano	33 700\$00
	Operador-ajudante de supermercado do 1.º ano	
	Caixeiro-ajudante de funerária do 1.º ano	
	Caixeiro-ajudante ou operador-cortador-ajudante do 1.º ano	
X	Praticante do 3.º ano	33 400\$00
XI	Praticante do 2.º ano	33 400\$00
XII	Praticante do 1.º ano	33 400\$00

B) Trabalhadores de escritório

Escritórios

Nível	Categoria	Vencimento
I	Director de serviços	65 900\$00
	Tesoureiro	
	Contabilista	
	Analista de sistemas	
II	Programador	59 000\$00
	Programador	
	Programador	
	Programador	
III	Primeiro-escriturário	56 800\$00
	Caixa de escritório	
	Esteno-dactilógrafo	
	Operador mecanográfico de 1.ª	
IV	Operador de máquinas de contabilidade de 1.ª	51 300\$00
	Segundo-escriturário	
	Perfurador-verificador de 1.ª	
	Rececionista de 1.ª	
V	Operador mecanográfico de 2.ª	48 100\$00
	Operador de máquinas de contabilidade de 2.ª	
	Apontador de 1.ª	
	Operador de telex	
VI	Chefe de pessoal auxiliar	45 300\$00
	Cobrador de 1.ª	
	Cobrador de 2.ª	
	Terceiro-escriturário	
VII	Perfurador-verificador de 2.ª	41 250\$00
	Rececionista de 2.ª	
	Apontador de 2.ª	
	Estagiário operador mecanográfico	
VIII	Estagiário operador de máquinas de contabilidade	35 900\$00
	Telefonista de 1.ª	
	Telefonista de 2.ª	
	Porteiro	
IX	Guarda	35 600\$00
	Continuo	
	Continuo	
	Continuo	
X	Estagiário do 3.º ano	33 400\$00
	Estagiário do 2.º ano	
	Estagiário do 1.º ano	
	Dactilógrafo do 3.º ano	
XI	Estagiário do 3.º ano	33 400\$00
	Estagiário do 2.º ano	
	Estagiário do 1.º ano	
	Dactilógrafo do 3.º ano	
XII	Estagiário do 3.º ano	33 400\$00
	Estagiário do 2.º ano	
	Estagiário do 1.º ano	
	Dactilógrafo do 3.º ano	
XIII	Estagiário do 3.º ano	33 400\$00
	Estagiário do 2.º ano	
	Estagiário do 1.º ano	
	Dactilógrafo do 3.º ano	

Nível	Categoria	Vencimento
VIII	Estagiário do 2.º ano	35 900\$00
	Dactilógrafo do 2.º ano	
	Dactilógrafo do 2.º ano	
	Dactilógrafo do 2.º ano	
IX	Estagiário do 1.º ano	35 600\$00
	Dactilógrafo do 1.º ano	
	Dactilógrafo do 1.º ano	
	Servente de limpeza	
X	Paquete de 17 anos	33 400\$00
XI	Paquete de 16 anos	33 400\$00
XII	Paquete de 15 anos	33 400\$00
XIII	Paquete de 14 anos	33 400\$00

Outras matérias com incidência pecuniária

Abono mensal para falhas (cláusula 23.ª) — 1450\$.

Diuturnidades (cláusula 28.ª) — 1450\$.

Grandes deslocações (cláusula 32.ª):

1 —

b) 150\$-350\$;

c):

Diária completa — 3000\$;

Pequeno-almoço — 180\$;

Almoço — 650\$;

Jantar — 650\$;

Dormida com pequeno-almoço — 2250\$;

2 —

a) Ajuda de custo diária — 500\$.

Coimbra, 11 de Fevereiro de 1992.

Pelo CESC — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços do Distrito de Coimbra:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela ACIC — Associação Comercial e Industrial de Coimbra:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela ACIFF — Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 5 de Março de 1992.

Depositado em 16 de Março de 1992, a fl. 113 do livro n.º 6, com o n.º 89/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. Comercial e Industrial de Alcobaça e outras e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Dist. de Leiria — Alteração salarial

Revisão do CCT celebrado entre a Associação dos Comerciantes Retalhistas de Alcobaça e outras e o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Leiria, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 2, de 15 de Janeiro de 1983.

II — Acordo

Tudo visto e ponderado, as comissões negociadoras acordaram no seguinte:

1.º Rever a tabela de ordenados em vigor, fixando os seguintes vencimentos:

Grupo	Vencimento
I	61 800\$00
II	59 000\$00
III	57 000\$00
IV	51 700\$00
V	47 800\$00
VI	41 600\$00
VII	37 600\$00
VIII	35 400\$00
IX	40 500\$00
X	32 000\$00
XI	30 900\$00
XII	29 800\$00
XIII	28 400\$00
XIV	35 400\$00
XV	45 000\$00
XVI	36 000\$00

2.º A tabela salarial tem efeitos desde 1 de Janeiro de 1992.

Leiria, 11 de Fevereiro de 1992.

Pela Associação dos Comerciantes Retalhistas de Alcobaça:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Associação dos Comerciantes Retalhistas do Bombarral:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Associação dos Comerciantes Retalhistas das Caldas da Rainha:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Comerciantes Retalhistas de Leiria:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Associação dos Comerciantes Retalhistas da Marinha Grande:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Comerciantes Retalhistas de Peniche:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Comerciantes Retalhistas de Pombal:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Leiria:

(Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 5 de Março de 1992.

Depositado em 16 de Março de 1992, a fl. 113 do livro n.º 6, com o n.º 90/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

Acordo de adesão entre a Banque Nationale de Paris e o Sind. dos Bancários do Centro e outro ao ACT para o sector bancário

Aos 30 dias do mês de Dezembro de 1991, na sede do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, realizou-se uma reunião com a presença de representantes da Banque Nationale de Paris e dos Sindicatos dos Bancários do Centro e do Sul e Ilhas.

Pela Banque Nationale de Paris foi declarado que adere à revisão da tabela salarial e cláusulas com expressão pecuniária publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 30, de 16 de Agosto de 1991, na sua totalidade.

Pelos Sindicatos dos Bancários do Centro e do Sul e Ilhas foi dito que aceitam o presente acordo de adesão nos precisos termos expressos pela Banque Nationale de Paris.

Pela Banque Nationale de Paris:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Centro:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas:

(Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 12 de Março de 1992.

Depositado em 17 de Março de 1992, a fl. 114 do livro n.º 6, com o n.º 96/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

Acordo de adesão entre a International Factors Portugal, S. A., e o Sind. dos Bancários do Centro e outro ao ACT para o sector bancário

Aos 21 dias do mês de Novembro de 1991, na sede do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, realizou-se uma reunião com a presença de representantes da International Factors Portugal, S. A. e dos Sindicatos dos Bancários do Centro e do Sul e Ilhas.

Pela International Factors Portugal, S. A., foi declarado que adere à revisão da tabela salarial e cláusulas com expressão pecuniária publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 30, de 16 de Agosto de 1991, na sua totalidade.

Pelos Sindicatos dos Bancários do Centro e do Sul e Ilhas foi dito que aceitam o presente acordo de adesão nos precisos termos expressos pela International Factors Portugal, S. A.

Pela International Factors Portugal, S. A.:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Centro:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas:

(Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 12 de Março de 1992.

Depositado em 17 de Março de 1992, a fl. 115 do livro n.º 6, com o n.º 97/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

Acordo de adesão entre o BCP — Investimentos Fundos Mobiliários, S. A., e o Sind. dos Bancários do Centro e outro ao ACT para o sector bancário

Aos 21 dias do mês de Novembro de 1991, na sede do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, realizou-se uma reunião com a presença de representantes do BCP — Investimentos Fundos Mobiliários, S. A., e dos Sindicatos dos Bancários do Centro e do Sul e Ilhas.

Pelo BCP — Investimentos Fundos Mobiliários, S. A., foi declarado que adere à revisão da tabela salarial e cláusulas com expressão pecuniária publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 30, de 16 de Agosto de 1991, na sua totalidade.

Pelos Sindicatos dos Bancários do Centro e do Sul e Ilhas foi dito que aceitam o presente acordo de adesão nos precisos termos expressos pelo BCP — Investimentos Fundos Mobiliários, S. A.

Pelo BCP — Investimentos Fundos Mobiliários, S. A.:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Centro:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas:

(Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 12 de Março de 1992.

Depositado em 17 de Março de 1992, a fl. 114 do livro n.º 6, com o n.º 93/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

Acordo de adesão entre o BCP — Investimentos Fundos Imobiliários, S. A., e o Sind. dos Bancários do Centro e outro ao ACT para o sector bancário

Aos 4 dias do mês de Novembro de 1991, na sede do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, realizou-se uma reunião com a presença de representantes do BCP — Investimentos Fundos Imobiliários, S. A., e dos Sindicatos dos Bancários do Centro e do Sul e Ilhas.

Pelo BCP — Investimentos Fundos Imobiliários, S. A., foi declarado que adere à revisão da tabela salarial e cláusulas com expressão pecuniária publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 30, de 16 de Agosto de 1991, na sua totalidade.

Pelos Sindicatos dos Bancários do Centro e do Sul e Ilhas foi dito que aceitam o presente acordo de adesão nos precisos termos expressos pelo BCP — Investimentos Fundos Imobiliários, S. A.

Pelo BCP — Investimentos Fundos Imobiliários, S. A.:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Centro:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas:

(Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 12 de Março de 1992.

Depositado em 17 de Março de 1992, a fl. 114 do livro n.º 6, com o n.º 94/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

Acordo de adesão entre o BCP — Investimentos Gestão de Patrimónios, S. A., e o Sind. dos Bancários do Centro e outro ao ACT para o sector bancário

Aos 4 dias do mês de Novembro de 1991, na sede do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, realizou-se uma reunião com a presença de representantes do BCP — Investimentos Gestão de Patrimónios, S. A., e dos Sindicatos dos Bancários do Centro e do Sul e Ilhas.

Pelo BCP — Investimentos Gestão de Patrimónios, S. A., foi declarado que adere à revisão da tabela salarial e cláusulas com expressão pecuniária publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 30, de 16 de Agosto de 1991, na sua totalidade.

Pelos Sindicatos dos Bancários do Centro e do Sul e Ilhas foi dito que aceitam o presente acordo de adesão nos precisos termos expressos pelo BCP — Investimentos Gestão de Patrimónios, S. A.

Pelo BCP — Investimentos Gestão de Patrimónios, S. A.:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Centro:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas:

(Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 12 de Março de 1992.

Depositado em 17 de Março de 1992, a fl. 114 do livro n.º 6, com o n.º 95/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

Acordo de adesão entre a Sociedade Corretora Portuguesa, S. A., e o Sind. dos Bancários do Centro e outro ao ACT para o sector bancário

Aos 4 dias do mês de Novembro de 1991, na sede do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, realizou-se uma reunião com a presença de representantes da Sociedade Corretora Portuguesa, S. A., e dos Sindicatos dos Bancários do Centro e do Sul e Ilhas.

Pela Sociedade Corretora Portuguesa, S. A., foi declarado que adere à revisão da tabela salarial e cláusulas com expressão pecuniária publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 30, de 16 de Agosto de 1991, na sua totalidade.

Pelos Sindicatos dos Bancários do Centro e do Sul e Ilhas foi dito que aceitam o presente acordo de adesão nos precisos termos expressos pela Sociedade Corretora Portuguesa, S. A.

Pela Sociedade Corretora Portuguesa, S. A.:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Centro:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas:

(Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 12 de Março de 1992.

Depositado em 17 de Março de 1992, a fl. 114 do livro n.º 6, com o n.º 92/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

AE entre os Telefones de Lisboa e Porto (TLP), S. A., e o SINDETELCO — Sind. Democrático dos Trabalhadores das Telecomunicações e Correios e outros — Constituição da comissão paritária

Nos termos do artigo 1.º do anexo XXI do AE entre os Telefones de Lisboa e Porto (TLP), S. A., e o SINDETELCO — Sindicato Democrático dos Traba-

lhadores das Telecomunicações e Correios e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 38, de 15 de Outubro de 1991, foi constituída pelas partes

outorgantes uma comissão paritária com a seguinte composição:

Em representação da entidade patronal:

Membros efectivos:

Dr.^a Luísa Maria Nunes Ramos Franco Tavares.
Dr.^a Cecília Maria Costa Marques.
Dr.^a Maria da Graça Gomes Barata.
Dr. António José Fernandes Leite Azevedo.

Membros suplentes:

Manuel Fernando Moreira de Castro.
Dr. Guilherme José Baptista Esteves de Assunção.
Dr. Manuel António Martins dos Santos.
Dr. Vasco Manuel Silva Martins Rodrigues.

Em representação das associações sindicais:

Membros efectivos:

Francisco Alho Xavier.
Acácio Teixeira Pereira.
Joaquim Lopes Nunes Escudeiro.
Victor Manuel Martins.

Membros suplentes:

Joaquim Marques Farinha.
Adriano Cardoso Carvalho.
Firmino Gonçalves Tavares.
António Maria Teixeira de Mattos Cordeiro.